



ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
CESAPE – Centro de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão

DAYSE DA ROSA

**A veracidade da Associação Brasileira de Normas
Técnicas (ABNT) e a Língua Portuguesa**

**Agosto
2006**

DAYSE DA ROSA

**A autoridade da Associação Brasileira de Normas
Técnicas (ABNT) – e a Língua Portuguesa**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília
(UniCEUB/ICPD), como requisito para à
conclusão do Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Língua Portuguesa, sob
a orientação da Professora Francisca
Cordélia Oliveira da Silva.

**Agosto
2006**

Dedico este trabalho à Nação brasileira, aos meus descendentes, interessados, principalmente aos alunos e aos que poderão ter uma Lei para os seus trabalhos, teses e pesquisas, dirigidos pelos profissionais da Língua Portuguesa deste País.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, Todo-Poderoso, pela família maravilhosa que tenho, pelos meus filhos e netos, especialmente pela atenção e dedicação do ex-Presidente da República, atualmente, Senador José Sarney, levando-me a realizar este trabalho.

“Posso todas as coisas naquele que me fortalece.”

(Fp 4:13.)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a norma da ABNT nº 14724 e contestá-la quanto ao seu uso e ao seu valor perante a Língua Portuguesa. Esse é um instrumento normativo utilizado pela quase totalidade de professores e acadêmicos da atualidade e é importante confirmar suas raízes e verificar a sua veracidade. O presente trabalho também pretende abordar a inexistência de instrumentos normativos que permitam a quaisquer profissionais e educandos – sejam quais forem suas respectivas áreas de conhecimento – verificar as características da linguagem nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e também para motivar o seu estudo. Citar o Terceiro Milênio em um Mundo globalizado é o mesmo que falar em Internet, Mercosul e ABNT, que precisar ser respaldada por uma única lei para que os trabalhos acadêmicos, teses etc, tornem-se mais prazerosos. O trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo trata-se da ABNT como um todo, bem como seus organizadores, sua estrutura e da elaboração da Norma 14724; já no segundo capítulo temos a metodologia; no terceiro capítulo a análise de *corpus*; e em seguida, as considerações finais. É ABNT a Associação nacional responsável pelas normas técnicas que regulam a elaboração de trabalhos acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVES: normas, ABNT, Língua Portuguesa, veracidade, normalização, leis, normas técnicas.

ABSTRACT

The present paper has as objective to show the ABNT 14724 norms and to contest their use and value for the Portuguese Language. This is a normative instrument used by almost the totality of teachers and academicians of the present time. Therefore, it is important to confirm its roots and to verify the veracity of such a tool. The present work also examines the inexistence of normative instruments that allow professionals and students of any area of knowledge to verify the characteristics of the language used in ABNT and that can motivate the study of such an instrument. To mention the Third Millenium in a global world is the same as to talk about Internet, Mercosul and ABNT, which needs to be backed up by one, and one alone, law so that academic work can become more objective and clearer. The work is organized in three parts. The first part explains ABNT as a whole as well as its structure, its organizers, and the making of Norm nº 14724. The second part talks about its methods. The third and last one analyses the corpus. Next come the final considerations. ABNT is the National Association responsible for the Technical Norms that regulate the making of academical works.

KEY-WORDS: Norms, ABNT, Portuguese language, veracity, Nomalization, Laws, technical norms.

SUMÁRIO

Introdução	8
Cap. 1 – A Associação Brasileira de Normas Técnicas	10
1.1 O SINMETRO	12
1.2 Reconhecimento Internacional	14
1.3 O que é a normalização?	15
1.3.1 O sistema brasileiro de normalização?	18
Cap. 2 – Pesquisa social – introdução e suas técnicas	21
2.1 A pesquisa de campo	21
2.2 Entrevista	27
2.3 O questionário	29
2.4 Amostragem	34
2.5 Tabulação	35
2.6 Análise qualitativa e quantitativa de dados	37
Cap. 3 Análise do Corpus	40
3.1 Análise dos questionários	40
3.2 Análise da Norma 14724	44
Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	52
Anexos	

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo principal o estudo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de sua competência como órgão regulador das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos, lançando um desafio para os estudiosos da Língua Portuguesa, fazer com que uma proposta de revisão da Norma 14724 seja elaborada por profissionais da Língua Portuguesa e seu reconhecimento como Lei, tirando da ABNT o papel de legisladora técnica das regulamentações acadêmicas.

Além disso, o trabalho tem, como meta, encontrar respaldo perante os profissionais de língua do País, inclusive perante a Academia Brasileira de Letras, para demonstrar que a atribuição da ABNT encontra-se mais voltada para a normatização de procedimentos da área industrial, não tendo bases gramaticais sólidas que justifiquem o uso de suas normas na área de Educação. Para tanto, contar-se á com a ajuda do ex-Presidente da República José Sarney, cuja figura faz parte dessa mesma Academia, que será o autor da lei sobre as normas e textos. A colaboração de doutores, orientadores e profissionais de cursos de Língua Portuguesa faz-se indispensável.

A Língua Portuguesa, como é sabido, está em constante transformação – assim como o homem, um ser eminentemente social com necessidade de novas conquistas, e que procura sempre alargar o seu meio de comunicação.

Nesta linha de pensamento, proceder-se-á estudo sobre as regras da ABNT, sua composição, veracidade, validade e uma análise da Norma 14724.

Em um mundo com economias crescentes e interdependentes, as questões relativas à normalização técnica documental vêm ganhando muita importância. Tanto os mercados consumidores como os produtores devem ter padrões globais de produtos e de serviços, e a Língua escrita é o meio de

comunicação cada vez mais indispensável. Portanto, existe um processo de normalização nacional e internacional envolvendo a competitividade.

Para mostrar a necessidade da atuação de profissionais de Língua Portuguesa na elaboração das normas, será feita uma análise da Norma 14724 para demonstrar que não se pode dispensar a sua revisão considerando aspectos lingüísticos e gramaticais. Ademais, serão apresentados os resultados e a análise dos questionários aplicados aos estudantes universitários sobre a ABNT.

O trabalho foi estruturado em:

Capítulo 1. Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata do reconhecimento internacional da ABNT, do conceito de normalização e do Sistema Brasileiro de Normalização.

No capítulo 2, serão apresentados conceitos sobre a pesquisa social e algumas de suas técnicas, como a pesquisa de campo, a entrevista, o questionário, a amostragem, a tabulação de dados e como ocorre a pesquisa aplicada à sociedade. Será apresentado ainda breve resumo sobre a análise quantitativa e qualitativa de dados. No capítulo 3, introduz-se a análise do corpus: questionários e Norma 14724.

Cap 1 - A Associação Brasileira de Normas e Textos (ABNT)

Este capítulo trata sobre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quem a iniciou, para que serve, qual sua composição. Nela será apresentado também o Sinmetro e os seus organismos reconhecidos nacional e internacionalmente. Além disso, a normalização e os seus sistemas serão conceituados. Tudo isso, sem perder o foco do trabalho que é a análise da Norma 14724, especificada no final deste capítulo.

A ABNT é um conjunto de normas desenvolvidas por um organismo – Único - independente da relação comercial, com o objetivo de atestar publicamente, na língua escrita, que determinado produto apresenta todos os dados especificados em conformidade com os requisitos dos mercados industriais nacionais, estrangeiros ou internacionais. Então, o conhecimento da ABNT é um processo que se inicia com a conscientização da necessidade da qualidade de um produto para a manutenção da competitividade e conseqüente permanência no mercado, passando pela utilização de normas técnicas da ABNT e pela difusão do conceito de qualidade, bem como pelos diversos setores da organização do País, abrangendo seus aspectos operacionais internos e externos, o relacionamento com a sociedade e o meio ambiente, que são marcas indispensáveis na elevação do nível de qualidade dos produtos, melhorando sua imagem e facilitando a decisão de compra para clientes e consumidores.

A ABNT é um conjunto de comitês ligado à indústria, de um modo geral, que faz intercâmbio internacional com organismos: como o Inmetro, a ISO, o Mercosul, entre outros, que serão descritos no decorrer do trabalho.

Vejamos, então, como e por que a ABNT foi criada. Os Professores Herbet Coblans e Zeferino F. Paula são dois bibliotecários brasileiros que se preocupavam com a necessidade de normas capazes de permitir melhor intercâmbio entre os comitês técnicos da ABNT, onde iniciaram a criação de regras para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, monografias, ensaios e

outros). Essas regras prevalecem até os dias atuais, especificamente na parte ligada ao uso da língua.

No tocante à normalização de trabalhos acadêmicos, há como referência a Norma nº 14724, que foi criada, em conjunto, por profissionais liberais e por cidadãos que compõem o comitê responsável por sua elaboração. Podem fazer parte do comitê profissionais liberais ou profissional de quaisquer áreas que se interessem em participar de suas reuniões ou queiram associar-se à ABNT. As assembleias do comitê são documentadas em atas e assim transformadas em normas, elaboradas consensualmente entre todos os profissionais presentes. E quando a norma tem muito erro ou já está arcaica é mudada por meio de emenda. Por exemplo, a Norma 14724, de agosto de 2002, depois da emenda passou a ser Norma 14724, de setembro de 2005.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940, foi criada para possibilitar o desenvolvimento da indústria estabelecendo normas para várias áreas de atuação, mas em 1955, data da visita à ABNT dos Professores Herbet Coblans e Zeferino F. Paula, constituiu-se a “Comissão de Documentação”. Essa comissão, relacionada com a nossa Língua, teve como foco o estabelecimento de normas mínimas para apresentação de trabalhos acadêmicos - sumário, resumos, referências bibliográficas – indispensáveis à comunicação entre “todos” os comitês técnicos, deixando os critérios pessoais e tradicionais de lado para atender à Organização Internacional de Normalização.¹

A ABNT é entidade privada, independente e sem fins lucrativos, que atua na área de certificação, atualizando-se constantemente e desenvolvendo *know-how* próprio. É reconhecida pelo governo brasileiro como Fórum Nacional de Normalização, além de ser um dos fundadores e único representante da ISO (*International Organization for Standardization*), no Brasil. Além disso, é acreditada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), o qual possui acordo de reconhecimento com os membros do IAF (*International Accreditation Forum*) para certificar Sistemas de Gestão da Qualidade (ABNT NBR ISO 9001), Sistemas de Gestão Ambiental (ABNT NBR ISO 14001) e diversos produtos e serviços.

¹ Disponível em : www.abnt.com.br. Acesso em : 03/03/06.

A Editoração Científica, órgão específico para publicação de livros científicos das normas da ABNT, surgiu para permitir a criação de novas gerações de pesquisadores ligados à causa universitária – doutores, mestres e professores – que devem apresentar documentos escritos dentro dessas normas.

A Professora Ivani Kotait apresentou, ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, estudo feito sobre a ABNT, ao longo de uma década de exaustivo trabalho. Em 1970, participou como coordenadora editorial do convênio do Ministério da Indústria e Comércio com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, estabelecendo recomendações técnicas para que máquinas-ferramentas fossem usadas em trabalhos de pesquisa. A autora procurou divulgar o uso correto da Língua Portuguesa que, muitas vezes, foi empecilho da Língua nas normas internacionais, porque existiam choques de regras nos direitos autorais com relação à descrição de como utilizar os diversos componentes de um trabalho – ilustrações, figuras e tabelas – que enriquecem sobremaneira o texto, facilitando os trabalhos científicos com o uso da nossa escrita.

Nos estudos da Professora Ivani Kotait constituem-se uma série de abordagens da Língua Portuguesa que não poderão ser usadas devido aos direitos autorais - quanto à importância dos “Direitos Autorais”, quanto às citações de autores, a Lei nº 5.988 de 14 de dezembro de 1973. (Buscar referência na Lei)

1.1 O SINMETRO

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior preocupou-se com a ciência, a metrologia industrial, a normalização e regulamentação técnica, criando organismos com o Sinmetro, o qual tem como objetivo criar infra-estrutura de serviços tecnológicos que seja capaz de avaliar e de certificar a qualidade de produtos, de processos e de serviços por meio de organismos de certificação credenciados pelo Inmetro.

São os seguintes os principais organismos do Sinmetro:

- Conmetro e seus Comitês Técnicos.
- Inmetro
- Organismos de Certificação Credenciados (Sistema de qualificação, Sistema de Gestão ambiental, Produtos e Pessoal) – OCC.
- Organismos de Inspeção Credenciados – OIC.
- Organismos de Treinamento Credenciado – OTC.
- Organismos provedores de Ensaio de Proficiência Credenciado – OPP
- Laboratórios Credenciados de Calibração – RBC/RBLE.
- Associações Brasileiras de Normas Técnicas – ABNT.
- Institutos Estaduais de Pesos e Medidas – IPEM.
- Redes Metrológicas Estaduais.

O Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualificação Industrial é o órgão normativo do Sinmetro e é presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que é constituído pelos seguintes membros:

- a) Ministros: de Estado, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Saúde, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, da Justiça, da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, da Defesa. E onde está o Ministro da Justiça?
- b) Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

- c) Presidente das seguintes instituições: Associação Nacional de Normas Técnicas, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC.

A necessidade da explicação do Sinmetro neste trabalho é pelo fato de que ele faz parte da ABNT. Também temos vernáculos da nossa Língua neste órgão.

1.2 Reconhecimento Internacional

Como já foi mencionado, o Inmetro faz uso das guias da ABNT/ISSO/IEC (Guia 25, 39, 43, 58, 61, 62 e 65), que estabelecem os requisitos para a sua organização e para o credenciamento das diversas organizações do Sinmetro, trabalho que culmina com acordos internacionais. Também como já foi referido, o Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior está ligado ao Sinmetro, que é composto pelo Inmetro, Conmetro, ABNT e por seus comitês.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no País, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro da indústria. É uma entidade reconhecida como Fórum Nacional de Normalização (FNN) e é o único órgão da ABNT, estabelecido por meio da Resolução nº 7 do Conmetro, de agosto de 1992. É membro fundador da ISO (*Internacional Organization for Standardization*), da COPANT (Comissão Pan-americana de Normas Técnicas) e da AMN (Associação Mercosul de Normalização).

A ABNT é a única e exclusiva representante no Brasil das seguintes entidades internacionais: **ISO** – *Internacional Organization for Standardization* e **IEC** – *Internacional Electrotechnical Commission*; bem como das entidades de normalização regional: **COPANT** – Comissão Pan-americana de Normas e Técnicas e **AMN** – Associação Mercosul de Normalização. Talvez em função dessa representatividade nacional e internacional, a ABNT e suas normas tenham

adquirido tanto status na sociedade brasileira, uma vez que suas determinações são amplamente aceitas e não são contestadas em nenhuma instância social.

1.3 O que é a normalização?

Normalização é a atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva, na sociedade de um modo geral, com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto.

São objetivos da normalização:

- economia - proporcionar a redução da crescente variedade de produtos e procedimentos;
- comunicação - proporcionar meios mais eficientes na troca de informação entre o fabricante e o cliente, melhorando a confiabilidade das relações comerciais e de serviços;
- segurança - proteger a vida humana e a saúde;
- proteção do consumidor - prover a sociedade de meios eficazes para aferir a qualidade dos produtos;
- eliminação de barreiras técnicas e comerciais - evitar a existência de regulamentos conflitantes sobre produtos e serviços em diferentes países, facilitando o intercâmbio comercial.

Na prática, a normalização está presente na fabricação de produtos, na transferência de tecnologia, na melhoria da qualidade de vida por meio de normas relativas à saúde, à segurança e à preservação do meio ambiente.

A ABNT possui atualmente 53 Comitês e 3 Organismos de Normalização Setorial atuando nas seguintes áreas: Mineração e Metalurgia, Construção Civil, Eletricidade, Máquinas e Equipamentos Mecânicos, Automotivo, Metro-

Ferroviário, Navios, Embarcações e Tecnologia Marítima, Aeronáutica e Espaço, Gases Combustíveis, Química, Couro e Calçados, Agricultura e Pecuária, Bebidas, Informação e Documentação, Mobiliário, Transporte e Tráfego, Têxteis e do Vestuário, Cimento, Concreto e Agregados, Refratários, Energia Nuclear, Computadores e Processamento de Dados, Impermeabilização, Embalagem e Acondicionamento, Segurança contra Incêndio, Qualidade, Odonto/Médico Hospitalar; Siderurgia, Celulose e Papel, Tecnologia Alimentar, Madeiras, Equipamentos Individual, Joalheira. Gemas, Metais Preciosos e Bijouterias, Alumínio, Análises Clínicas e Diagnóstico In Vitro, Vidros Planos, Gestão Ambiental, Implementos Rodoviários, Acessibilidade, Minérios de Ferro, Soldagem, Corrosão, Cobre Pneus e Aros, Áreas Limpas e Controladas, Amianto Crisótila, Máquinas Rodoviárias, Ópticas e Instrumentos Óticos, Materiais, Equipamentos e Estruturas *Offshore* – Petróleo e Gás Natural, Café, Normalização em Metrologia, Turismo, Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento, Carne e Leite, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos,. Tecnologia Gráfica, Petróleo, Embalagem e Acondicionamento Plásticos, Normalização Setorial de Ensaio Não-Destrutivos e Associação Mercosul de Normalização.

Benedito Luiz Costa (1993, p.5), em seu artigo “*As normas técnicas, seu caráter público e importância*” diz:

(...) a ABNT é um documento técnico de caráter público estabelecido com o consenso de todas as partes de interesses envolvidos, visando a promoção do benefício para a comunidade. Deve ser baseado em resultados consolidados para a Ciência, Tecnologia e experiências aprovadas por um organismo nacional e internacional.

No mesmo artigo, o engenheiro Rogério Belda afirma que o processo normativo nacional passa por uma verdadeira revolução – a qual tem como base a aplicação da norma técnica “voluntária”, que, até então, era obrigatória apenas em alguns poucos casos.

Antigamente as empresas davam preferência a normas estrangeiras (UIC, AREA, VIDE, IEC, ASTM, etc.), não restando, aos fornecedores, outra alternativa senão se adequar ao padrão – caso contrário seriam excluídos de qualquer

licitação de fornecimento. Essa era uma situação complicada, pois nem sempre a empresa tinha condição obedecer totalmente à especificação depois de fechado o contrato de fornecimento.

Da mesma forma que as empresas podiam não acompanhar as normas para garantir maior qualidade, podiam também deliberadamente fabricar produtos inadequados, graças à não-obrigatoriedade de obediência à norma técnica, fato que as tornava inócuas e ao sistema normativo nacional inoperante.

Com o advento dos mecanismos de defesa do consumidor, em especial a Lei nº 7.808, de 1990, a atuação da ABNT mudou radicalmente. De acordo com a lei, é vedado colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas vigentes. Hoje a norma é um instrumento legal com enorme impacto político, social, econômico e comercial, tornando praticamente compulsória a participação de todos os fornecedores de produtos e serviços no processo normativo, pelo menos como uma atitude de defesa de seus interesses.

Atualmente a situação é diferente. Por exemplo, se alguém descobrir algum erro na atual Norma 14724, essa pessoa informa a incorreção à ABNT. A instituição reunir-se-á em assembléia, debaterá o assunto e, se houver consenso entre os profissionais, procede-se à revisão, a qual abre caminho para a emenda. A emenda transforma a norma problemática em nova norma. Nesse caso, o usuário, caso já tenha alguma norma, paga só pela folha que será adicionada, ou seja, paga apenas pela emenda.

Isso reforça a necessidade imperiosa dos interessados participarem do processo normativo, pois, segundo o Diretor Secretário do Comitê Brasileiro de Equipamento e Material Ferroviário, “Apesar de a ABNT exigir o consenso para a emissão de uma norma, a tese é de quem cala ou se omite ou consente”. Com bases em estudos feitos sobre a ABNT, é consenso que ela existe devido à necessidade de mercados, de produtores e de consumidores, inclusive os internacionais. Entretanto, a necessidade da mudança é com relação à normatização de trabalhos acadêmicos, pois todas as faculdades têm um regulamento a ser seguido que nem sempre coincidem com a Norma citada, que é a 14724.

Depois desse breve levantamento sobre a ABNT, é relevante fazer um questionamento: por que somos obrigados, no trabalho científico, a seguir normas das quais nem sequer conhecemos os autores? Qual a sustentação das normas da ABNT ao padrão da Língua Portuguesa em trabalhos acadêmicos?

O objetivo deste trabalho é propor nova Lei que substitua a Norma NBR 14724, de 2002, que normaliza a forma dos trabalhos acadêmicos de todo o País. Para isso, é necessário contar com a ajuda de autoridades competentes do Poder Legislativo, mais precisamente o Senado Federal, para conseguir a elaboração de norma técnica, com força de lei, e obrigando todos a obedecê-la após sua publicação. Nesse caso, a nova lei prevaleceria sobre qualquer normalização estrangeira ou especificação própria. O motivo é não haver mudanças desnecessárias na norma e também deixar de ser cobrada, inclusive com livre acesso da lei em todas as universidades.

Essa nova norma seria elaborada por profissionais ligados à área de Letras, doutores, estudiosos da Língua Portuguesa e profissionais da Academia Brasileira de Letras, pois eles têm competência para tornar o trabalho acadêmico uniformizado, além de também informar à população sobre o que será a Lei de Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses.

De acordo com informações obtidas na ABNT, com o engenheiro Rafael Sorrijo², lotado no Centro de Informações Técnicas da instituição, não existem profissionais da Língua Portuguesa na elaboração das Normas emanadas naquele órgão. Para a revisão de textos, há um profissional de Letras responsável pela correção de todas as normas emitidas. Isso, como será mostrado adiante, é um problema, uma vez que o texto da norma analisada apresenta incorreções com relação ao uso do padrão culto da Língua Portuguesa.

Tal fato reforça a idéia aqui defendida, é necessário rever gramaticalmente o texto das normas editadas pela ABNT, pois, para adquirir qualquer página referente a uma das normas, o interessado tem de pagar. Quando a norma é alterada parcialmente e a pessoa já tem o texto completo da norma, cada folha adquirida com uma nova alteração também será paga, ou seja,

² Informações obtidas em conversa informal por telefone, na qual o informante concordou que suas informações fossem divulgadas neste trabalho.

paga-se para ter acesso à emenda. Com tudo isso, ser usuário das normas da ABNT é caro, logo o mínimo que se espera é pagar por um serviço de qualidade e não por normas que aparecem em textos com incorreções, às vezes, grosseiras.

1.3.1 O sistema brasileiro de normalização

Com o advento da exposição dos produtos brasileiros à concorrência internacional e da crescente necessidade de ganhos na balança comercial, a questão da qualidade e, por decorrência, da normalização desperta grande interesse ao produtor e ao consumidor. O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - PBQP - promoveu, em 1992, grande discussão acerca do Modelo Brasileiro de Normalização, o que implicou a sua mudança e atualização. (BUENO, 1993).

No Brasil, segundo Bueno (1993), até 1973, a normalização caracterizava-se pela não-participação governamental de forma sistemática e coordenada. Entretanto, a ação do Governo se fazia necessária tendo em vista, entre outros fatores, a importância da orientação e dos investimentos governamentais na economia nacional (BUENO, 1993). Com a promulgação da Lei 5966, em 11 de dezembro de 1973, e a criação do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Indústria – SINMETRO, instituiu-se o Subsistema de Normalização.

Esse Subsistema tinha por objetivo coordenar e expandir a infra-estrutura de normas técnicas do país, com vistas ao desenvolvimento nacional, utilizando mecanismos para harmonizar os interesses dos setores públicos, do privado e do consumidor, de modo geral, bem como enfatizar a implantação dos tópicos referentes à normalização estabelecidos no Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT.

De acordo com a avaliação realizada no contexto do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP -, os resultados obtidos pelo Subsistema então vigente, antes de 1973, para geração de Normas Brasileiras, foram

considerados insatisfatórios quando comparados com as reais necessidades da sociedade brasileira. (BUENO, 1993)

Embora alguns setores produtivos de tecnologia, metalurgia, entre outros já citados, tivessem avançado no campo da normalização, observava-se que poucos esforços foram realizados em importantes setores.

Constatou-se, ainda, conforme Bueno (1993), que o principal motivo para os resultados insatisfatórios estava relacionado à pouca conscientização da sociedade com relação à Normalização Técnica, causada principalmente pelo modelo de política industrial calcado na substituição de importações, que não privilegiava a qualidade como fator para conquista de mercado.

Outra dificuldade constatada se relaciona com a dinâmica do processo de normalização, que se mostrou insatisfatória tanto em relação ao longo tempo de geração de normas, como também em relação à defasagem entre o tempo de lançamento de Normas Internacionais e de Normas Brasileiras correspondentes. (Bueno, 1993) Uma das causas apontadas para essa dificuldade foi o modelo de normalização excessivamente centralizado e que não atendia completamente à atual estrutura dos setores industriais brasileiros.

O Novo Modelo Brasileiro de Normalização, aprovado pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO, em 1992, tem como diretrizes principais a descentralização operacional em direção aos setores produtivos da economia e a maior participação da sociedade civil, incluindo-se entidades patronais e de consumidores.

Essas são as transcrições apresentadas pela ABNT e seus organismos competentes nacionais e internacionais, a sua origem, qual o organismo deve elaborar essa lei e por quem.

Capítulo 2 - Pesquisa social: Introdução e suas técnicas

Neste capítulo será tratada a metodologia utilizada na pesquisa, que é composta da pesquisa de campo, entrevista, questionário, amostragem, tabulação, pesquisa aplicada à sociedade, análise qualitativa e quantitativa de dados.

2.1 Pesquisa de campo

A pesquisa ou trabalho de campo refere-se aos instrumentos para captar a informação da amostra, pois se tratam de elementos fundamentais ao traçar a estratégia que será adotada nesta fase.

O trabalho de campo consta basicamente das seguintes atividades:

1) Tramitação administrativa para oportuna obtenção de ajuda de custo e pagamentos do pessoal contratado.

2) Fazer os contatos apropriados para requerer a colaboração das autoridades ou pessoas que possam ajudar na escolha do pessoal para efetuar a sondagem, prover meios de transporte e orientar sobre hospedagem. Estes primeiros contatos podem ser feitos por telefones ou outros meios.

3) Seleção de entrevistadores. É preferível contratar pessoas da região ou área de estudo, poupando recursos de deslocamentos.

A contratação é geralmente feita mediante publicação seguindo os seguintes itens:

a) Atestado de estudo;

- b) Experiência em pesquisas sociais;
- c) Conhecimentos de métodos e técnicas de pesquisa social;
- d) Disponibilidade para trabalhar em tempo integral;
- e) Disponibilidade para viajar;
- f) Remuneração prevista;
- g) Inscrição no Registro Federal de Contribuinte.

A seleção deve ser feita pessoalmente pelo coordenador com todos os candidatos para avaliar seus conhecimentos, experiências, como o grau de participação, entusiasmo e a responsabilidade da pessoa.

4) A preparação dos entrevistados é feita para desempenhar as suas funções tais como:

- a) Procurar o local e momento mais confortável para o entrevistado.
- b) Expor ao entrevistado os propósitos do estudo enfatizando a importância de sua participação.
- c) Frisar que as respostas são anônimas.
- d) O entrevistador deve evitar anotar as respostas de forma incompleta ou fazê-lo depois da entrevista, o que só admissível se o caso justificar.
- e) Escrever as respostas de maneira legível e sem abreviaturas.
- f) O entrevistador deve ser objetivo ao anotar as respostas evitando interpretá-las.
- g) Ser atencioso e paciente com o entrevistado.
- h) Empregar uma linguagem semelhante à do entrevistado ao dar as instruções.
- i) Ler as perguntas complicadas quantas, quantas vezes, for preciso, para que o entrevistado não dê respostas por inércia ou “para ficar livre”.
- j) Vestir-se de maneira condizente com os padrões socioculturais dos entrevistados.
- l) A entrevista deve se desenvolver em ambiente de cordialidade.

m) O entrevistado deve ficar com a certeza de que sua colaboração foi muito útil.

Quanto ao instrumento que se deve usar é o questionário como deve ser usado de forma individual ou coletiva, observando as seguintes recomendações:

a) Explicar os objetivos do estudo, salientando a relevância da participação dos entrevistados.

b) Dar instruções claras e precisas para o preenchimento do questionário.

c) Fornecer o material necessário – lápis, borracha, etc.

d) Pedir aos entrevistados que respondam com toda a franqueza.

e) Se a enquete for coletiva, pedir ao entrevistados que não releve as respostas uns aos outros.

f) Pedir-lhes que escrevam de maneira legível e sem abreviaturas.

g) Instalá-los a tentarem concretizar as respostas nas perguntas abertas.

5) O levantamento da enquete ou a aplicação de outras técnicas (entrevista estruturada a fontes-chaves, observação ordinária e/ou participante, etc.) é o processo que se conhece propriamente como trabalho de campo.

6) Controle da qualidade da informação que é feito pelo supervisor dos entrevistadores, que consiste em conferir os questionários ou as cédulas de entrevista da seguinte maneira:

a) Verificar que todas as perguntas tenham respostas.

b) Certificar-se de que os questionários ou cédulas de entrevistas tenham todas as folhas completas.

c) Verificar se as respostas são legíveis e que não haja abreviaturas.

d) Classificar questionários ou cédulas de entrevista conforme os critérios predeterminados para a tabulação dos dados.

7) Elaboração do relatório sobre o trabalho de campo que o coordenador deverá preparar o relatório de como foi desenvolvido o trabalho na sua área de estudo, mencionado os problemas que considera relevantes, tanto para o correto uso da informação quanto para a avaliação de possíveis desvios ou desequilíbrios

da amostra – por exemplo, a porcentagem de pessoas que não respondeu o questionário ou que se mostrou relutando, ou indiferente, ou as perguntas que foram mais difíceis de responder. (Soriano, 2004, p. 223)

Para o pesquisador chegar à formulação do seu problema de pesquisa existem diferentes tipos de questões; em função de cada tipo, haverá o planejamento das atividades a serem realizadas, de modo que possam ser elencados os procedimentos mais úteis para obtenção das informações necessárias para responder a questão proposta.

Apresentar uma sistematização sobre os diferentes tipos de pesquisa não é uma tarefa fácil, pois há diversos critérios de classificação, os quais não são mutuamente exclusivos. Como afirma Bisguerra (1996, p. 61.), ao diferenciar os tipos de investigação em educação:

Uma pessoa pode ser classificada segundo critérios distintos: a) Segundo o sexo: homem ou mulher; b) Segundo o estado civil: solteiro, casado, divorciado, viúvo, religioso; c) Segundo a idade: criança adolescente, jovem, adulto e velho; d) Segundo a raça: branco, negro, amarelo, outros; etc. Esses critérios são mutuamente excludentes, de tal forma que uma pessoa pode ser ao mesmo tempo mulher, solteira, jovem, branca, etc. Igualmente, os métodos de investigação podem classificar-se em distintas categorias, segundo o critério e classificação, tendo em conta que esses não são excludentes.

Temos diversos tipos de pesquisa descritivas, dentre outras as pesquisas correlacionais, as de desenvolvimento, os de estudo de caso, as chamadas pesquisas de opinião, os levantamentos, além dos estudos históricos e etnográficos.

Geralmente faz-se referência às pesquisas que têm por objetivo de promover mudanças mais ou menos radicais, de determinados contextos sociais (escola, sindicatos, etc.) e, para tanto, o pesquisador atua em conjunto com os indivíduos que participam daquele contexto. Este é o caso das diferentes modalidades das pesquisas participativas (pesquisa ação, pesquisa participante, etc) que postulam a investigação como uma empreitada a ser desenvolvida tanto

pelo pesquisador como pelos sujeitos, já que ambos compartilharam a responsabilidade pelo encaminhamento das transformações desejadas.

Os problemas de pesquisa são diferentes; em função disso a atuação do pesquisador também será. A colocação do problema é essencial; se não se sabe o que se pretende conhecer, qual o objetivo a ser alcançado, não se sabe como proceder para obter as respostas necessárias. No caso de modalidades de pesquisa participativa, diagnosticar e descobrir um problema a ser alvo de intervenção é fundamental, muito embora nem sempre isso seja uma tarefa fácil, como bem ressalta Serrano. (apud MOROZ, 2002) De acordo com a autora, "... muitas vezes o fracasso de uma investigação se deve ao fato de que não se faz um bom diagnóstico da situação objeto de estudo." (MOROZ, 2002, p. 58)

Formulado o problema de pesquisa (que envolve o trabalho com a Língua Portuguesa), o investigador tem algumas decisões tomadas: o tipo de trabalho que vai desenvolver e o grau de sua participação. Quanto ao primeiro aspecto, ele já sabe se sua proposta caminha na direção dos modelos de pesquisa tipo experimental, quase-experimental, correlacional, etc, ou se caminha na direção de estudos naturalistas ou de modalidades de pesquisas participativas. Então, é necessário que o pesquisador faça o planejamento, sendo fundamentais duas atividades: revisão de análise e plano de coleta de dados.

Prever a análise nada mais é do que antecipar possíveis aspectos a serem relacionados, comparados e discutidos; é uma forma de antecipação dos possíveis resultados e dos aspectos que se pretendem colocar em discussão. Algumas vezes já é possível até mesmo estabelecer categorias de análise de dados que, posteriormente, serão revistas a partir de dados coletados.

Poder-se-ia questionar sobre a possibilidade de coletar dados, sem ter feito a previsão da análise. Considera-se mais produtivo, especialmente para os pesquisadores iniciantes, antecipar alguns possíveis resultados, já que isto garante, no mínimo, a obtenção de um conjunto de informações – aquele previamente especificado.

Além de prever a análise de dados, tal como se salientou até o momento, o pesquisador precisa planejar de que modo vai proceder para coletar os dados (deve elaborar seu plano de coleta). Não há, *a priori*, uma forma adequada de

coletar dados; o pesquisador deve considerar o seu problema de pesquisa, e escolher em função deste, a melhor forma de obter informações que lhe permitirão respondê-lo, levando em conta as características específicas de sua pesquisa, o tempo disponível, os recursos financeiros que possui, os recursos humanos com os quais pode contar, etc.

Para qualquer pesquisa que se realizar deve-se referir aos sujeitos (universitários, professores, crianças, etc.), que características devem ter (professores de cinco anos de serviço, que trabalham em duas escolas diferentes, etc.). Ressalta-se que as características relevantes do sujeito praticamente estão dadas pelo problema de pesquisa e pelo plano de análise; retomando-se estes dois aspectos, têm-se os critérios de identificação dos sujeitos que deverão participar do estudo.

Quanto ao número de participantes, a decisão é baseada em dois critérios: a) possibilidade de trabalhar com o conjunto total da população em estudo; b) o nível e generalidade que se pretende atingir.

Um importante procedimento do pesquisador em relação aos sujeitos insere-se no campo ético, pois a área educacional, diferentemente de outras, trabalha com sujeitos humanos, devendo tomar alguns cuidados especiais para isto. A Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, no Conselho Nacional de Saúde, regulamenta sobre as pesquisas envolvendo seres humanos. Entre outras decisões, é necessário o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos.

Outro aspecto é que o pesquisador deve decidir, refere-se ao *procedimento* que deverá utilizar para ter acesso aos dados. Algumas formas disponíveis para a obtenção de dados são: observação, questionário, entrevista e documentos.

Não devemos considerar as pesquisas puras e aplicadas como opostas. As duas não são mutuamente excludentes. Há interação entre elas, que pode ainda ser maior. Uma boa pesquisa teórica pode ser aplicada a problemas práticos, e uma pesquisa aplicada pode contribuir para desenvolver a área teórica, que poderá ser seu quadro de referência, pois o grande operador da pesquisa científica parece resistir no desenvolvimento de princípios gerais que se aplicam há muitos problemas práticos, refletindo a necessidade de treino científico mais adequado e de ponto de vista científico mais autoconsciente da parte

daqueles que realizam a pesquisa, fato que ocorre com grande número de cientistas ao realizar pesquisas práticas. (GOODE, 1969, p.168)

Existe maior disponibilidade de dinheiro para as pesquisas aplicadas. Conselhos de comunidades, prefeituras municipais, sindicatos de classe, interessados em negócios e vários grupos de interesses especiais subscreverão programas e pesquisas de campo ainda mais abrangente, visando alcançar solução prática para os problemas do cotidiano dessas entidades..

A tarefa do pesquisador é desenvolver a compreensão dos projetos e das técnicas de pesquisa, bem como o conhecimento do fato. Esse treinamento é necessário para que ele se dedique à pesquisa “pura” ou à “aplicada” e, talvez particularmente, decisiva quando ele deve buscar soluções para problemas complexos da vida diária, de modo a oferecer meios de resolvê-los como também contribuir para o desenvolvimento científico.

2.2 Entrevista

A entrevista é uma técnica para coleta e levantamento de dados e consiste em conversação com a finalidade de obter informações para averiguação, envolvendo duas ou mais pessoas. Vale ressaltar, no entanto, que não se trata de simples conversa, mas de discurso orientado a um propósito definido. É um método em que uma pessoa (a entrevistada) dirige-se à outra (o entrevistador), fornecendo e trocando informações e opiniões sobre tema determinado – e sempre para fim específico e para objetivos concretos. Assim se constitui em técnica de inestimável valor, utilizada por diversos profissionais. (GRESSLER, 2003, p. 164)

Esse instrumento é composto por interrogatório direto do informante pelo pesquisador, durante diálogo face a face. Com o desenrolar da entrevista, a interação entre o entrevistado e o entrevistador acontece – seja por meio das palavras ou de outras demonstrações comportamentais. Em muitas ocasiões, a

entrevista assemelha-se ao questionário – situação em que o entrevistado dá as respostas oralmente, e não via escrita.

Dentre os objetivos principais desta ferramenta, encontram-se:

- sugerir hipóteses e guiar outras fases da pesquisa;
- auxiliar a identificação de variáveis e suas relações;
- coletar dados para comprovar hipóteses;
- complementar outras técnicas de coleta de dados.

O entrevistador, por sua vez, tem as funções de:

- informar o entrevistado a respeito da natureza da pesquisa;
- explicar o porquê da sua colaboração ser desejada, motivando o interesse do indivíduo de maneira a garantir a sua contribuição;
- obter a informação que se busca – fator primordial;
- descobrir relatórios, documentos, fotos e materiais semelhantes ou outros possíveis colaboradores que possam cooperar com novos dados.

Assim, como as demais técnicas para coleta de dados, a entrevista apresenta vantagens e desvantagens. Um dos pontos fortes é a flexibilidade. O entrevistador tem a possibilidade de esclarecer eventuais dúvidas e encorajar o entrevistado a fornecer dados mais completos. Além disso, é possível analisar o comportamento do investigado, o que, eventualmente, pode gerar novas informações.

A desvantagem está associada ao tempo e dinheiro gastos, bem como a dificuldade em encontrar elementos familiarizados com o processo de entrevista ou em treiná-los. (GRESSLER, 2003, p. 168) Entrevistadores que não colocam bem as palavras ou enfatizam uma ou outra questão também podem se tornar parciais e conduzir os resultados a consideráveis diferenças – o que, conseqüentemente, gera tendenciosidade na investigação.

2.3 O questionário

O questionário é composto de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados para pesquisa, cujas respostas são fornecidas pelo informante ou pesquisado sem a assistência direta ou orientação do investigador. É, geralmente, enviado ao informante ou pesquisado pelo correio ou por portador, sendo do mesmo modo devolvido ao investigador. (NOGUEIRA, 1977, p.121)

Os questionários expedidos por pesquisadores particulares dificilmente alcançam mais de 20% de devoluções, o que depende da natureza da pesquisa, do grupo de informantes selecionado e da habilidade com que se organizou a série de questões com as correspondentes instruções.

Segundo Ruth Shonle Cavan (apud GOODE, 1969), o grau de validade das respostas é maior para as perguntas referentes a dados objetivos e concretos (factual), sendo menor para perguntas relativas a atitudes e estimativas. No entanto, quando várias alternativas graduadas para respostas são apresentadas explicitamente, a maior parte das discrepâncias é apenas de um grau, isto é, correspondem a confusões entre duas alternativas consecutivas. Respostas demasiadamente detalhadas podem levar a erros, sendo conveniente evitar perguntas que impliquem respostas muito minuciosas, salvo se tais minúcias forem imprescindíveis para a pesquisa. Perguntas que induzam à resposta ou que induzam o informante à generalização ou inferência devem ser evitadas. (NOGUEIRA, 1977, p.124)

Muitas vezes, uma pergunta direta sobre determinado assunto pode produzir inibição, criando dificuldade de resposta. Por um modo hábil, pelo menos parte dos informantes, que não atenderiam uma pergunta direta, mudaria de atitude. Assim, em um formulário ou questionário em que se queira saber qual o salário do informante, uma pergunta direta ocasionará maior número de inibições do que um pedido para que, em uma tabela com várias classes de salário, o informante indique qual a classe em que se encontra o seu.

Uma vez que o questionário é respondido pelo informante, na ausência do investigador, tem de ser acompanhado de instruções geralmente mais minuciosas e específicas do formulário.

Entre as vantagens do questionário está o fato de permitir que se escolha considerável massa de dados a um preço relativamente barato. O questionário permite ao investigador agir a distância, de modo a obter informações que lhe estão materialmente inacessíveis. Em certos casos, a própria natureza do assunto garante a autenticidade das respostas, ainda que o informante fique anônimo, favorecendo a espontaneidade das respostas, dando-lhe caráter mais confidencial.

Segundo Bowley (apud NOGUEIRA, 1977, p. 124), as seguintes regras devem ser obedecidas ao formular perguntas a serem incluídas em questionário:

- 1) as perguntas devem ser reduzidas em número;
- 2) devem exigir resposta numérica ou simplesmente *sim* ou *não*;
- 3) devem ser bastante simples para ser prontamente compreendidas;
- 4) devem poder ser respondidas sem subterfúgios;
- 5) não devem ser desnecessariamente indiscretas;
- 6) sempre que possível devem confirmar umas às outras;
- 7) devem cobrir os pontos sobre os quais há necessidade de informação.

Com referência à segunda regra formulada por Bowley, as perguntas devem exigir resposta numérica ou simplesmente *sim* ou *não*, é preciso que se faça uma restrição: dependerá da natureza do problema em estudo e da intenção de cada pergunta. A este respeito, as perguntas de um questionário podem ser divididas em perguntas “fechadas” e “abertas”. As primeiras são as que exigem resposta lacônica, freqüentemente monossilábica, como “sim”, “não”, “diariamente”, “uma vez por semana”, etc.

As abertas são aquelas que exigem resposta pessoal, espontânea, com todos os pormenores e restrições que o informante considere necessário. As perguntas abertas são evitadas por muitos estudiosos, devido à dificuldade de seu tratamento estatístico; no entanto, para certos fins, são interessantes, pois

relevam, freqüentemente, racionalizações e impressões subjetivas cujo conhecimento pode ser essencial em certos estudos.

Segundo Pauline V. Young (apud NOGUEIRA, 1977, p. 125), a experiência de diferentes pesquisadores tem mostrado que os questionários mais eficientes são aqueles que obedecem ao maior número dos seguintes princípios:

1. as questões devem ser reduzidas ao mínimo possível, a fim de melhor prenderem a atenção do informante;
2. as perguntas devem-se limitar tanto quanto possível a informações que possam ser expressas em datas, números, idades, lugares;
3. as perguntas devem ser tanto quanto possível de interesse do próprio informante; devem ser logicamente agrupadas e dizer respeito a aspectos da realidade com os quais o informante tenha tido experiência;
4. devem ser evitadas perguntas cujas respostas sejam, provavelmente, racionalização ou justificações que ocultem o motivo verdadeiro do comportamento ou a situação verdadeira;
5. questionários que envolvam dados de natureza sigilosa, assim considerados pelo próprio informante, devem ser completamente anônimos, devendo ser preservado o seu caráter confidencial;
6. os questionários devem ser sempre acompanhados de carta pessoal (com envelope para resposta), em que se explique o seu propósito e se solicite o favor e a consideração do informante; sem sair da esfera científica, deve-se apelar tanto quanto possível para a consciência social do informante;
7. as perguntas devem ser específicas e claramente formuladas; perguntas vagas levarão a respostas vagas;
8. as perguntas devem ser tão curtas e tão reduzidas em número quanto possível, sem prejuízo da compreensão.

Com referência ao quarto critério formulado por Pauline V Young, deve-se fazer restrição semelhante à que se fez acima em relação à segunda regra formulada por Bowley: dependerá do assunto e da intenção de cada pergunta.

Haverá perguntas e questionários cujo objetivo será constatar quais as racionalizações, ficções e outras reações subjetivas dos pesquisados em determinadas situações ou em relação a determinados assuntos.

Quando se trata de informação a ser pedida a um número relativamente pequeno de informantes é preferível dar ao questionário a forma de carta pessoal. É muito mais eficiente o interessado se dirigir pessoalmente, de modo direto e informal a uma pessoa do que de maneira indireta, formal, por meio de circular ou questionário padronizado, impessoal, mimeografado ou impresso. Além disso, o questionário ou circular formal, impresso, pode sugerir a idéia de material que não será manuseado apenas e, portanto, com todo sigilo, pela própria pessoa que está solicitando a informação. Toda informação de que o investigador dispuser sobre os interesses, preconceitos, hábitos e aptidões do grupo a ser investigado (especialmente quando se trata de grupo relativamente homogêneo) será útil tanto para a redação da introdução do questionário como das perguntas. Em regra, as perguntas, por sua clareza, devem estar à altura não do informante médio, mas do menos inteligente. Torna-se mais eficiente entre profissionais liberais, intelectuais, enfim, entre pessoas dotadas de certo grau de instrução.

Aconselha Lundberg (apud NOGUEIRA, 1977, p. 127) a aumentar o número das perguntas que atendem ao apelo do questionário, que se mantenha correspondência com aqueles que ainda não o tenham respondido para que o façam, expedindo todos os questionários ao mesmo tempo, pois do contrário um informante poderá suspeitar que tenha sido escolhido para inquérito especial.

Segundo Sidney e Berenice Webb (NOGUEIRA, 1977, p. 126), o questionário nunca deverá ser usado no início de uma pesquisa, devendo ser usado para a coleta de dados suplementares e de dados que supõem familiaridade com o assunto. Como no formulário, o questionário deve ser cuidadosamente experimentado antes de se fazer a sua aplicação definitiva, pois todo questionário apresenta defeitos que somente poderão ser eliminados depois da experiência.

De um modo geral, somente se deve lançar mão do questionário se outros recursos se tornam impraticáveis ou são inadequados para o estudo.

2.4 Amostragem

Em várias técnicas de coleta, a reunião de informações limitar-se-á a uma ou várias amostras da população estudada. As características da população são chamadas de “parâmetros” e as características das amostras serão chamadas de “dados estatísticos”. A amostragem coloca ao pesquisador o problema da representatividade da amostra, de sua validade externa. (BRUYNE, 1991, p. 216)

Existem duas grandes possibilidades de amostragem. Na primeira, o pesquisador conhece a probabilidade que tem cada indivíduo da população de entrar na amostra. Ele pode, pelo cálculo das probabilidades, precisar a representatividade da amostra. Os principais tipos de amostras probabilistas – que podem ser combinados entre si – são os seguintes:

- amostra aleatória: na qual todas as combinações entre os indivíduos têm igualmente probabilidades iguais de serem selecionadas. (Todavia, na prática, um indivíduo selecionado raramente é recolocado na população sobre a qual se baseia a seleção a fim de evitar interrogar duas vezes a mesma pessoa.) A seleção é feita a partir de tabela com os nomes aleatórios e supõe uma lista completa e correta de todos os indivíduos que fazem parte da população;
- a amostra sistemática é empregada quando a lista da população é longa e a amostra a ser selecionada é importante. O pesquisador escolhe na lista um indivíduo a cada lugar, isto a partir de um primeiro indivíduo tirado ao acaso entre os primeiros. Se a ordem dos indivíduos na lista é independente das variáveis nas quais se baseia o estudo, esse tipo de amostra equivale a amostra aleatória;
- a amostra estratificada: para a construção da qual se reagrupam os indivíduos em alguns estratos e seleciona-se em seguida certo número de indivíduos no interior de cada estrato. Esse número pode ser o mesmo para cada estrato ou diferente de um estrato a outro. Cada indivíduo só pode aparecer em um estrato e cada

estrato deve ser tão homogêneo quanto possível com respeito às variáveis estudadas. Recorre-se à amostragem estratificada quando se comparam grupos entre si;

- a amostra por conglomerados é empregada para as pesquisas dirigidas à escala muito grande. Divide-se a população em um número elevado de grupos, chamados conglomerados, cuja composição deve ser heterogênea. Em seguida, seleciona-se certo número de conglomerados entre os quais amostrar-se-á de maneira aleatória (ou estratificada). Evita-se assim a necessidade de obter listas completas e os custos da pesquisa são grandemente reduzidos.

É preciso observar que os métodos de tratamento estatístico aplicáveis diferem segundo o tipo de amostra.

Quando o pesquisador não conhece a probabilidade que cada indivíduo tem de ser selecionado para fazer parte da amostra, utilizará amostras não probabilistas. Nesse caso, a inferência estatística não pode ser legítima. Esse tipo de amostra é empregado em estudos exploratórios ou para investigações com testemunhos privilegiados, indivíduos « típicos », etc. A amostra por quotas, que é um exemplo disso, é realizada em duas fases : o pesquisador determina, em primeiro lugar, um modelo da população, depois dá ao investigador certas «quotas», determinadas segundo o modelo, que devem guiá-lo em sua seleção dos indivíduos.

2.5 Tabulação

Tabulação é a organização dos dados em tabelas, facilitando a verificação de semelhanças, diferenças, relações e inter-relações entre os dados. A organização contribui para a compreensão e interpretação das informações. (GRESSLER, 2003, p. 183)

Após a coleta de dados, eles devem ser organizados para posterior análise. A organização mais comum dos dados é a forma tabular, em que os dados são classificados segundo seus atributos. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (apud BUENO, 1993, p.9): “Tabela é a forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central. Na sua forma identificam-se espaços e elementos”.

Uma tabela deve ter numeração independente e consecutiva, expressa com algarismos arábicos, inscritos no seu topo, precedidos da palavra Tabela. Por sua vez, uma tabela estatística compõe-se de elementos essenciais e de elementos complementares. Os elementos essenciais são o título, o corpo, o cabeçalho e a coluna indicadora. Os elementos complementares são a fonte e as notas.

Quanto à disposição dos elementos, o *cabeçalho* é a parte superior da tabela e especifica o conteúdo das colunas. O corpo da tabela é o conjunto de linhas e colunas que dispõe os dados horizontal e verticalmente. A coluna indicadora especifica o conteúdo das linhas. Fonte é a indicação da entidade responsável pelo fornecimento dos dados ou pela sua elaboração. A fonte deverá ser colocada no rodapé da tabela, após o fio de fechamento. Notas são informações de natureza geral, indicadas após o fio de fechamento, destinadas a conceituar ou esclarecer o conteúdo das tabelas, ou indicar a metodologia adotada no levantamento ou na elaboração dos dados.

A tabela não deve ser fechada lateralmente. Além disso, não existe linha horizontal separando a totalização das colunas. Um espaço maior fará a distinção de modo bem mais simples e significativo. Para efeito de demarcação, as linhas superior e inferior deverão ser reforçadas. Caso sejam utilizadas tabelas reproduzidas de outros documentos, a prévia autorização do autor se faz necessária, não sendo mencionada na mesma.

Se a tabela não couber em uma folha, deve ser continuada na folha seguinte; nesse caso, não é delimitado por traço horizontal na parte inferior, sendo o título e o cabeçalho repetidos na folha seguinte. Cada página deve ter

uma das seguintes indicações: continua, para a primeira, conclusão, para a última e continuação, para as demais.

Outras informações também poderão ser organizadas em figuras a fim de sintetizar e facilitar a análise. Figuras servem para representar graficamente os dados. O termo figura abrange gráficos, mapas, esquemas, diagramas, desenhos. As figuras não devem ser usadas em substituição ao texto, mas para destacar relações significativas.

É relevante considerar que, em toda a pesquisa, um dado ou fato isolado não tem valor, pois ele só tem significado quando relacionado ao contexto em que está inserido. Logo, os elementos gráficos acompanham o texto e ajudam em sua compreensão, mas precisam estar claramente relacionados ao tema tratado.

Depois de apresentados os métodos usados para a coleta de dados, passemos agora ao modelo metodológico usado para a sua organização e análise.

2.6 Análise qualitativa e quantitativa de dados

Na pesquisa qualitativa, os textos tornam-se a base do trabalho interpretativo e das interferências feita a partir do conjunto dos materiais empíricos. O ponto de partida é a compreensão interpretativa do texto e como estas podem aparecer tanto na forma transcrita quanto na forma de outros documentos.

A análise global visa a uma edição aproximada dos textos a fim de prepará-los para as análises que ocorrerão mais tarde, as análises orientadas para o caso e aquelas de comparação preparativas podem ser situadas em diversos pontos que variam de uma abordagem “idiográfica consequente” a uma abordagem quase “nomonética”. (Flick, 2004, p.15) A primeira alternativa considera o fato como tal e faz inferências que partem quase diretamente do caso individual até chegar a estruturas gerais ou regularidades expressas nesse caso Na segunda

alternativa, coletam-se diversos exemplos e o enunciado único é extraído de seu contexto e de sua estrutura específica.

Na pesquisa qualitativa, temos a observação ingênua no sentido de que as pessoas assistem como se vivessem a situação, ou seja, como se o fato estivesse acontecendo com elas, isto é, o campo de observação sistemática, em que relacionamos três formas de evidência: o que acontece no fato, a reação das pessoas e a instituição onde o fato ocorre.

No processo de pesquisa, podemos escolher grupos sociais aleatórios, sabendo que uma escolha qualitativa ou quantitativa é primariamente uma decisão sobre a geração de dados e os métodos de análise é só secundariamente uma escolha sobre o delineamento da pesquisa ou de interesses do conhecimento.

A pesquisa social, portanto, apóia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são resultado e que são construídos nos processos de comunicação (formal – texto, imagem e materiais sonoros – e informal – as pessoas podem falar, desenhar ou cantar de modo que queiram).

A pesquisa quantitativa, por sua vez, lida com os números, usa modelos estatísticos para explicar os dados e é considerada pesquisa *hard* (pesquisa de levantamento); já pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais e é considerada pesquisa *soft* (pesquisa em profundidade).

Na pesquisa quantitativa, temos as seguintes estratégias: Nos dados, usam-se os números; na análise usa-se a estatística; no protótipo, usam-se pesquisas de opinião; na qualidade usa-se o *hard*. Já na pesquisa qualitativa, temos as seguintes estratégias: nos dados usa-se os textos; na análise usa-se à interpretação; no protótipo usa-se a entrevista em profundidade; na qualidade usa-se o *soft*. O protótipo mais conhecido é a entrevista em profundidade.

Certamente, a maior parte da pesquisa quantitativa está centrada no levantamento de dados (*survey*) e de questionário apoiada pelo SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) e pelo SAS (*Statistics for Social Sciences*) como programas padrões de análises estatísticas. Tal prática estabeleceu padrões de treinamento metodológico nas universidades, a tal ponto que o termo metodologia passou a significar estatística em muitos campos da ciência social. Conjuntamente desenvolveu-se um amplo setor de negócio, oferecendo pesquisa

social quantitativa para uma infinidade de propósitos. Mas o entusiasmo recente pela pesquisa qualitativa conseguiu mudar com sucesso a simples equiparação da pesquisa social com a metodologia quantitativa e foi reaberto um espaço para uma visão dogmática a respeito de assuntos metodológicos – uma atitude comum entre os pioneiros da pesquisa social.

No entanto, é relevante considerar que não existe quantificação sem qualificação, pois a mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social, devendo as atividades sociais ser distinguidas antes que qualquer frequência ou potencial possa ser atribuído a qualquer distinção, sendo necessário uma noção das distinções qualitativas entre categoria sociais antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria.

Cap. 3 - Análise do Corpus

Neste capítulo será feita a análise geral dos questionários, como também na análise da Norma 14724, da qual serão transcritos os possíveis erros da Língua Portuguesa. A análise será feita para demonstrar a necessidade de revisão lingüística da norma e também para apresentar, brevemente, um panorama do conhecimento de universitários sobre a ABNT.

3.1 Análise dos questionários

A pesquisa foi aplicada a dez alunos da Universidade de Brasília (UnB), dos cursos de Economia, Engenharia Civil e Elétrica, Matemática, Ciência da Computação, Filosofia e Serviço Social. Os entrevistados apresentam idades que varia de 19 a 25 anos, sendo duas mulheres e oito homens. Quanto às atividades profissionais, eles declararam ser: um estagiário de engenharia, um professor, um economista e um desenvolvedor na área de computação, um estudante e cinco não declaram a ocupação profissional.

Os questionários foram aplicados no pátio da Ala Norte, da UnB, com alunos que estavam em horário de intervalo entre as aulas. As pessoas abordadas foram informadas sobre a pesquisa e apresentadas ao questionário. Poucas se recusaram a responder.

As questões 1, 2 e 3 (curso, idade, sexo e profissão) foram elaboradas para traçar, mesmo que superficialmente, o perfil dos entrevistados. E apresentaram como respostas os dados acima descritos. Será feita agora a análise das demais respostas.

PERGUNTAS	SIM	NÃO
4. Você sabe o que é ABNT?	9	1
5. ABNT significa <i>Associação Brasileira de Normas e Texto</i> ?	-	8
6. Você acha certo ter que pagar para ter acesso às normas da ABNT?	-	10
7. Você sabe quem faz a ABNT?	3	7
8. Você concorda que as Instituições de Ensino de todo o País deveriam ter uma única norma?	7	3
9. Você concorda que os profissionais da Língua Portuguesa também deveriam participar de novas estruturas da ABNT?	7	3
10. A ABNT deve ser uma lei para uso de toda a população?	2	8

Tabela 1: Respostas dos questionários aplicados

A questão 4 (Você sabe o que é a ABNT?) foi elaborada para verificar o conhecimento dos estudantes com relação à ABNT, para saber se eles têm conhecimento sobre a entidade. Nos questionários, nove pessoas declararam conhecê-la e apenas uma afirmou não ter conhecimento. Isso contraria a hipótese inicial de pesquisa, pois a expectativa era que o maior número de pessoas afirmassem ter esse conhecimento. O resultado pode ser explicado pelo fato de a pesquisa ter sido realizada na Universidade de Brasília, onde há forte tradição de pesquisa e de produção de textos científicos, mesmo na graduação.

A questão 5 (ABNT significa Associação Brasileira de Normas e Texto?) foi elaborada para verificar a veracidade das respostas apontadas na questão 4. Para isso, a questão foi intencionalmente formulada com um erro, em vez de Associação de Normas Técnicas, foi colocado com o significado para a sigla Associação Brasileira de Normas e “Texto”.

Dos questionários, oito pessoas responderam que “não” e duas não opinaram. Das oito pessoas que responderam “não”, todas haviam afirmado ter

conhecimento da ABNT, logo suas respostas foram coerentes. Duas pessoas disseram saber o que é ABNT. no entanto não marcaram a resposta da questão número 5, logo, nesse caso, podemos deduzir que essas pessoas não sabem realmente o que é a ABNT, apesar da resposta dada na questão anterior. Responderam a questão 4, mas não tinham certeza. Nesse caso, as respostas apresentadas apontam para um conhecimento da norma pela sociedade, pelo menos pela sociedade acadêmica.

A questão 6 (Você acha certo ter que pagar para ter acesso às normas da ABNT?) foi formulada para saber a opinião da sociedade com relação ao custo das normas da ABNT. Nos questionários, todas as pessoas entrevistadas foram unânimes ao afirmar que a norma deve ser gratuita. Isso nos leva à conclusão de que realmente precisa-se repensar e discutir a questão do pagamento para ter acesso às normas. Talvez, isso seja um dado a mais para abrir o debate para a sociedade e tentar explicar a motivação da cobrança. Por outro lado, a cobrança pelo acesso às normas é um gasto a mais na já onerosa vida do estudante em geral, o que gera o descontentamento pelo pagamento.

A questão 7 (Você sabe quem faz a ABNT?) foi feita para saber se existe divulgação sobre os diversos trabalhos da ABNT e se é relevante ou não esse conhecimento para o povo. Nota-se que sete pessoas das entrevistadas não sabem quem produz as normas e três dessas pessoas sabem. Isto quer dizer que realmente a maioria não sabe o que é ABNT. Verifica-se assim que determinado grupo social (estudantes da Universidade de Brasília), envolvidos com trabalhos acadêmicos, teses e pesquisas científicas, em sua maioria, desconhecem a entidade. É relevante questionar se as respostas afirmativas podem realmente ser tomadas como verdadeiras, se essas pessoas realmente sabem quem elabora as normas. No entanto, para isso, outra questão deveria ter sido acrescentada ao questionário (Quem faz as normas da ABNT?) para se comparar as respostas.

A questão 8 (Você concorda que as instituições de ensino de todo o País deveriam ter uma única norma?) tem como intenção verificar a possibilidade de que nova norma seja elaborada, transformada em Lei e gratuitamente publicada, bem como verificar o que as pessoas acham da possibilidade de colocar essa nova norma como regra geral, em lugar de cada instituição ter a possibilidade de

redigir regras próprias adaptadas ao seu contexto. Nesse caso, sete das pessoas entrevistadas concordaram e três discordaram das sugestões de mudança.

A questão nº 9 (Você concorda que professores de Língua Portuguesa também deveriam participar de novas estruturas da ABNT?) foi elaborada para saber, perante a sociedade, se realmente esses profissionais de LP precisam fazer parte da elaboração das normas da ABNT. Como resultado, sete pessoas entrevistadas acham que “sim” e três pessoas acham que “não”. Na realidade, a ABNT não é só para a Língua Portuguesa, mas devemos considerar que a escrita está em todas as situações, como no comércio, na bula de remédios, na tabela nutricional dos produtos. Por isso, ter normas compatíveis com o bom uso da LP é proveitoso em todos os sentidos e para todos os setores da sociedade.

A questão 10 (A ABNT deve ser uma Lei para uso de toda a população?) foi feita para verificar a necessidade de uma lei exclusiva para todos os discentes e cientistas do nosso País. Oito pessoas entrevistadas responderam que “sim” e duas pessoas responderam que “não”. O que nos leva à conclusão que a maioria optou por uma lei, que seria gratuita e elaborada por profissionais competentes, melhor elaborada tanto na escrita quanto em sua formatação. Teríamos, então, uma norma mais aplicável, principalmente para a realização dos trabalhos acadêmicos

Agora, depois de apresentada a opinião e os conhecimentos de parcela da sociedade sobre a ANBT, será feita a análise da norma, conforme anteriormente mencionado.

3.2 Análise da Norma 14724 (agosto 2002)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o fórum nacional de normalização. As normas, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/NOS), são elaborados por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros). Após sua elaboração, elas circulam para associados da ABNT e demais interessados na elaboração de trabalhos acadêmicos como teses, dissertações e monografias.

Neste trabalho, será analisada a Norma nº 14724 com relação a erros relativos ao uso padrão da escrita da Língua Portuguesa. Serão analisados aspectos referentes ao uso de advérbio, preposição, artigo indefinido e outros aspectos relacionados ao padrão da Língua Portuguesa.

Passemos, então, à análise dos pontos considerados problemáticos na citada norma. O primeiro ponto a analisar é a formulação de definições apresentadas pelo documento. Garcia (1992, p. 488) aponta que há dois tipos de definições: a denotativa ou didática e a conotativa ou metafórica. A denotativa deve responder claramente à pergunta “O que é isto ou o que é aquilo?”. Nesse caso, o leitor deve ter suas dúvidas esclarecidas ao ler a definição. A definição conotativa procura traduzir, por meio de metáforas, tanto quanto possível um conceito ou coisa. Logicamente, cada tipo de definição serve a determinado tipo de texto. No caso de um documento, as definições deve ser denotativas.

Na norma analisada, algumas definições chamam a atenção. Uma delas é a de abreviaturas, que são definidas como “Representação de uma palavra por meio de alguma(s) de suas sílabas ou letras”.

Celso Cunha (1992, p. 185), conceitua a abreviatura como “emprego de uma parte da palavra pelo todo. É comum não só no falar coloquial, mas ainda na linguagem cuidada, por brevidade de expressão”. Já Cegalla (1996, p. 3) aponta que, na maioria das vezes, as abreviaturas terminam por consoante seguida de ponto final e dá uma série de regras para seu emprego. Então, o que vemos é

que na norma há confusão entre o conceito de abreviatura, que é um processo, e de sigla,

Outro ponto a ser tratado diz respeito ao uso de dois pontos e de letra maiúscula. Também segundo Celso Cunha (2001, p.655), depois de dois pontos, com numeração existe o ponto e vírgula, começando a frase, em seguida aos dois pontos com letra minúscula e os títulos, depois do ponto e vírgula com maiúscula. Essa incorreção aparece em muitas partes do texto da norma, como no exemplo 1.

(1) “**3.26 tabela** : Elemento demonstrativo de síntese que constitui unidade autônoma”.

Da mesma forma, na estrutura da tese, dissertação ou trabalho acadêmico que estão compreendidos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Dispondo-os nas tabelas I, com o parêntese lembrando o que é opcional ou obrigatório – como sempre, citando as várias possibilidades usadas em trabalhos, mas não citando gramáticas; consultando, talvez, universidades. A ênfase das questões é citar-se o que pode e o que não pode, mas baseado em quê?

Nota-se também que as notas de rodapé que deveriam ser utilizadas em trabalhos que necessitam de maiores especificações fora do texto não são muito claras quanto às citações gramaticais para o pesquisador basear-se.

No primeiro objetivo temos (teses, dissertação e outros), esses “outros” teriam que ser especificados já que estão dentro da Norma nº 14724, como também em “... especialista designados...” em que não se coloca claramente designadas para quê? E em “... e outros...” que também deveriam ser especificados.

No segundo tópico, denominado Referência Normativa, temos um trecho em que aparece o uso inadequado do pronome demonstrativo “nesta” No caso, no trecho deveria aparecer “nessa”.

(2) Como toda Norma está sujeita à revisão, recomendam-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência....

Segundo Cegalla (1996, p. 117), usa “esse, essa” e suas variações para realçar os termos a que se referem, termos que são anteriormente expressos na sentença. O “este” é usado para termos que serão citados. Por isso, o uso no trecho é incorreto.

Um outro ponto a observar no texto da norma diz respeito ao uso desnecessário do pronome indefinido “um”. Dad Squarisi tece relevante explanação sobre o assunto em texto publicado no Correio Braziliense, no dia 28 de julho de 2002. Segundo ela, as palavras, como os remédios, podem matar. O artigo indefinido é medicamento de tarja preta. Causa dependência. Deve ser usado com redobrado cuidado. Erva daninha amortece a força do substantivo. Torna-o vago, impreciso, desmaiado. Em 99% das frases, é gordura pura. Corte-o. O texto agradece. A autora cita alguns exemplos de usos incorretos que servem de parâmetro.

- *Ciro Gomes deu (uma) entrevista agressiva à revista Época.*
- *FHC quis implantar (um) novo capitalismo no Brasil.*
- *Haverá (uma) renovação de 60% no Congresso.*

No caso do texto da norma, o artigo definido “um” aparece desnecessariamente em vários trechos, como os abaixo listados:

- (3) A ABNT possui a informação das normas em vigor em **um** dado momento.
- (4) Menção, no texto, de uma informação extraída de outra fonte.

Na norma tem-se também a palavra “onde” que é usada normalmente com a função de adjunto adverbial (igual lugar ou lugar em que, no qual), onde costuma ser considerado por alguns gramáticos como advérbio relativo. Como pronome relativo, a partícula deve ser usada tendo sempre como referente um lugar. (CUNHA, 2001, p. 350) Em vários trechos da norma, aparece, no entanto, com outros tipos de referente, como nos exemplos apresentados abaixo.

- (5) 3.2 agradecimento (s): “Folha **onde** o autor...”
- (6) 4.11 Capa: “Elemento obrigatório, **onde** as...”
- (7) 4.1.2 Lombada: “Elemento opcional, **onde** as...”
- (8) 4.2.1 Introdução: “...texto, **onde** devem...”

Há ainda outras incorreções, provavelmente erros de digitação, que são apresentadas nos exemplos abaixo. Os trechos são considerados erros de digitação porque configuram exemplos comumente vistos em textos ainda não revisados: espaço de mais ou de menos, principalmente ao lado de sinais de pontuação.

No item 3.13, abaixo dos dois pontos aparece um traço sublinhando-os.

- (9) 3.13 errata; Lista das folhas e das linhas em que ocorrem erros...

No item 4.1.3.2 existe espaço a mais antes do uso da vírgula.

- (10) Deve conter a ficha catalográfica , conforme o Código de Catalogação...

No item 4.1.10 há erro no uso de hífen para unir os elementos que compõem uma palavra devido ao espaçamento. Há erro semelhante, no item 5.3.

- (11) ...Deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto e, palavras –chave

A Norma também apresenta erro de acento ortográfico. No exemplo (12), retirado do item 4.1.10, falta acento na forma verbal “é”, presente do indicativo do verbo ser.

(12) Resumo em língua estrangeira: “...isto e, palavras...”

No exemplo (13), retirado do item 4.1.11, as palavras “específico”, “número” e “página” aparecem todas sem acento.

(13) “...com cada item designado por ser nome **especifico**, acompanhado do **numero** da **pagina**...”.

Há ainda erros de concordância como os que podem ser vistos no exemplo abaixo, extraído do item 4.3.4. No trecho, dois elementos do sintagma aparecem com a marcação de plural e dois sem a mesma marcação, o que é gramaticalmente inadequado. Segundo Bechara (2004, p. 428), a concordância do sujeito simples singular leva o verbo para o singular, mesmo que o sujeito seja um coletivo.

(14) Anexo (s) “O (s) anexo (s) **são** identificados...” O certo é: O(s) anexo(s) é identificado.

Há ainda outros erros de ordem variada. Vejamos cada um deles.

No item 3.28, há um erro de pontuação. O autor faz uma enumeração e, ao último item da enumeração, antepõe uma conjunção aditiva “e”, que tem como função unir elementos coordenados; ao mesmo tempo, usa uma vírgula para separar os mesmos elementos.

(16) “... um curso, programa, e outros ministrados.”

Há incorreção com relação ao uso de maiúscula e minúscula nos itens de 3.1 até 3.28. Neles todos os títulos, na parte de definições, começam com letra minúscula. No tópico 3.28, também as iniciais da definição das siglas, como em

“trabalho de conclusão de curso – TCC” começam com letra minúscula, e devemos escrevê-las com maiúscula já que são nomes de disciplinas.

Então, como podemos ver pela análise apresentada, o texto da Norma precisa de cuidados no diz respeito ao uso do padrão da Língua Portuguesa. Essa análise corrobora o pensamento aqui defendido de que há necessidade de envolvimento de profissionais de língua na elaboração das Normas da ABNT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa levou-me a refletir sobre o que desejava defender em minha monografia. Sem desprezar as demais pesquisas, uma observação chamou a atenção: “duas pessoas têm acesso a esta pesquisa monográfica: quem faz e quem corrige”. Claro que existem outras pessoas ligadas ao Curso que também fazem questão de ler e reler todas as monografias. Por isso, busquei levantar uma discussão que gerasse reflexão, pois grande parte da sociedade não sabe sequer o que ABNT significa. Trata-se, portanto, de tema interessante e imprescindível para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Para desenvolver esse tema e gerar a reflexão desejada, parti para leituras, pesquisas e análises. Apliquei questionários para verificar o que as pessoas sabem e pensam sobre a ABNT e analisei uma norma tendo como foco o uso do padrão da Língua Portuguesa.

Nos questionários, verifiquei que dos alunos entrevistados da Universidade de Brasília, onde a pesquisa foi feita, alguns não sabem o que é ABNT, o que ela faz, quem a faz ou o que ela abrange. A maioria deseja uma Lei para ser seguida, mesmo imposta, mas que seja elaborada por profissionais de Língua Portuguesa que possa ser específica, clara e objetiva, como está mencionada na análise dos questionários.

Ao analisar o texto da ABNT, notamos erros de grafia, de concordância, do uso de letra maiúscula e minúscula, do uso de adjunto adnominal, erros de digitação entre outros citados na análise deste trabalho. A pesquisa mostra que é necessário rever os textos da ABNT, adequá-los ao padrão da Língua Portuguesa, pois são textos que ditam regras e servem de modelo para outras instituições.

A ABNT é uma necessidade. Esta seria uma frase curta e definitiva, mas não uma resposta aos milhares de alunos que indagam sobre sua premente utilidade ou, até mesmo, se haveria espaço para a inteligência em meio a tanta rigidez em direção a um objetivo determinado. Mas – por mais que os alunos não o encontrem e queiram – é preciso, entre tantas orientações, encontrar tempo disponível para o estudo; é importante que saibam caminhar por diretrizes que os orientem para a leitura, para análise e para a interpretação de textos. Não se trata de manual bizarro de eletrodoméstico qualquer a ser substituído no próximo ano, mas um direcionamento excepcional para o maior alcance de suas potencialidades em todos os aspectos do conhecimento, principalmente os científicos, gerando um processo de pensamento que produza novas e importantes informações, baseadas em demonstrar, por argumentos lógicos e encadeados, uma determinada tese, por exemplo.

Não se trata de análise filosófica ou científica apenas. É preciso estruturar os pensamentos filosóficos e científicos para serem digeríveis ao homem. Também não se trata de os colocar em formatação de *word*, algo simples demais. Os mínimos detalhes – e não são redundantes em Metodologia Científica – serão empregados para que o conhecimento seja exposto aos demais. Aprende-se que as margens precisarão de dimensões adequadas que, por sorte, já estão especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Desde que a inteligência humana passou a realizar notáveis conquistas – sabemos que no início só havia trevas –, o progresso intelectual só alcançou seu ápice quando da criação do estudo do método. Poder-se-ia dizer que foi um *fiat lux* ao cérebro. Os olhos e idéias se abriram para caminhos inimagináveis dentro de paradigmas perfeitos e, por que não inquestionáveis, assim como nos tempos de Platão, Rousseau, Maquiavel, Thomas More, Sócrates, Dante Alighieri entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª ed. Revisada. e Ampliada, 14ª reimpressão, Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, 1ª ed. 4ª reimpressão, Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992.

BISGUERRA, Rafael. *Métodos de Investigación Educativa: guía practica*. 2. ed. Barcelona: Ceac, 1966.

BUENO, Júlio. *Normalização técnica e competitividade: panorama brasileiro*. Revista Brasileira de Política Internacional, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 36, nº2, 1993.

_____. *Dificuldades no Processo de Harmonização das Normas Técnicas para Formação de Blocos Econômicos*. Revista INMETRO 2, abril/junho/1993.

BRUYNE, Paul, HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais-os pólos da prática metodológica*. Tradução de Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

CEGALLA, Domingos Pascoal. *Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteria, 1996.

COSTA, Benedito Luiz. *As normas técnicas, seu caráter público e importância*. Gazeta Mercantil, 13 de agosto de 1992.

CUNHA, Celso Luís F. Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 2001.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GASKELL, Martin W. Bauere George. Pesquisa Qualitativa com Textos, Imagem e som – Um Manual Prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa – projetos e relatórios*. São Paulo, Loyola, 2003.

GOODE, William J; HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. Tradução de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

KOTAIT, Ivani. *Editoração Científica*. São Paulo: Ática, 1981.

MOROZ, Melania, Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni, *Processo de Pesquisa: iniciação*. Ed. Plano, Brasília, 2002.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social – Introdução às suas técnicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SILVEIRA, Teniza da. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2ª ed. Editora Bookman, 2004.

SORIANO, Raúl Rojas, Manual de Pesquisa Social. Editora Vozes. Petrópolis, 2004.

Fontes Eletrônicas consultadas:

DOCUMENT, Unilted, Internet, pág 1 e outras 02/03/2006

<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/sinmetro-estrut-estrut-bod.htm>.

ESTRUTURA Oranizacional, Inmetro, Internet págs. 1 e 2. 10/03/2006

<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/estrutura.asp>

SINMETRO, Inmetro, Internet , págs. 1 a 8. 15/02/2006

<http://www.inmetro.gov.br/inmetro/sinmetro.asp>.

<http://www.abnt.org.br>. 03/03/2006 e 17/05/2006.

Em anexo:

Anexo I - Norma da ABNT nº 14724.2002. Acesso em 03/03/2006 e 17/05/2006

Anexo II – Site da ABNT de acesso a Norma nº 14724, em 15/07/2006.

Anexo III – Questionários aplicados à sociedade, em 21/07/2006